

A Organização do Caos num Município Amazônico: a formação de Pedra Branca do Amaparí

Rodson Juarez¹

Resumo

Este artigo analisa a formação histórica do cenário de Pedra Branca do Amaparí, buscando entender a trama em que as relações de poder aconteceram e acontecem para que ocorra a manutenção dum caos que beneficia poucos e degrada muitos, sob a atividade de exploração mineral ávida, gerando lucros exorbitantes e miséria no entorno da mina. Segue o raciocínio sob um paradigma relativista, sistêmico e holístico, trazendo um caráter orgânico para a economia, discutindo o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave

Mineração, desenvolvimento sustentável, ordenamento territorial, Amazônia, ecossocioeconomia.

INTRODUÇÃO

Em resposta à solicitação do Professor Dr. José Alberto Tostes, titular da cadeira de Desenvolvimento Urbano Regional, ministrada ao programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, surge a elaboração desse artigo, que vem colaborar para o entendimento do funcionamento do cenário escolhido por este autor para investigação na dissertação de mestrado, que se funda em pesquisar a relação da mineração com o desenvolvimento local do município de Pedra Branca do Amaparí.

Para se compreender a nascente de um município em terras amazônicas, busca-se qual a relevância de tal território (ou territorialidade) para um cenário conjuntural, ou seja, qual papel que passaria a desempenhar numa teia de relações pré-existentes, ou seja, uma análise para além da *espacialidade*, buscando os principais agentes da dinâmica de funcionamento da ecossocioeconomia².

É evidente que algum tipo de recurso passa a atrair o povoamento de uma determinada localidade. Seja uma região ribeirinha, com grandes possibilidades de servir de fonte de alimentos para seus futuros habitantes; seja uma área coberta que proteja com eficiência das intempéries do dia-a-dia na Amazônia; seja a retenção de material com proveito econômico, significando potencial renda aos “exploradores”; seja a existência de jazidas de qualquer tipo de minério, o que poderia ser uma reserva estratégica para a nação-berço (ou outra qualquer); entre outros tantos atrativos para a ocorrência de aglomerado populacional. Afinal, “a vida nas (das) pequenas

¹Economista (CEAP, 2006), mestrando em Desenvolvimento Regional (UNIFAP) e consultor do SEBRAE em *Serviços Contábeis e Financeiros* e em *Eco-eficiência na produção* (Produção MaisLimpa).

² Termo utilizado pelo alemão Karl Kapp, mostrando a grande interação sistêmica entre ecologia, sociedade e economia, que passam, segundo o economista, a representar um só termo, indivisível.

“cidades está ligada ao rio e à floresta” (OLIVEIRA, 2004), caso a ser discutido para as pequenas cidades fornecedoras de recursos para os grandes projetos de mineração, por exemplo.

Por muito tempo se estigmatizou a região amazônica como *inóspita*. Talvez por cunho ideológico, ou realmente pela primeira aparência, mas o fato é que a imagem da Amazônia como aconchego para a habitação nunca foi propalada. O calor, altos índices pluviométricos durante meses, umidade elevada, muitos insetos (a Biodiversidade), tudo era fator que explicasse a baixa densidade demográfica conhecida há tempos.

Mas as intempéries citadas não espantaram a força do capital, que teimava em fincar as estacas de suas tendas para promover a exploração mineral. Daí a origem de vários projetos que contemplavam a *mais-valia* nos solos amazônicos, fixando a mão-de-obra em regiões sem identidade, que passaram a absorver os sonhos dos peregrinos em busca de melhor qualidade de vida que, sob a pretensa promessa do tão sonhado “Eldorado”, tomavam para si terras estranhas e iniciavam uma cultura velha num novo local.

Percebe-se, então, que a realidade observada nos dias atuais tem uma origem compreensível, que nem tudo surgiu do nada (como parece), que o caos estabelecido em algumas cidades no interior da Amazônia tem uma lógica de formatação clara, apontando, inclusive, para uma outra lógica de funcionamento, que abastece de poder aqueles que do poder se utilizam para a continuidade do caos, estabelecendo o tal ciclo vicioso das relações entre os entes da organização social local.

A trama se evidencia numa breve análise histórica, comparada à dinâmica da organização social local. Extraem-se os principais atores de um cenário determinado e pronto. Eis reveladas as intenções do encadeamento de ações dos mais diversos níveis de decisões, sejam “populares” ou não, públicas ou privadas, de grande ou pequeno porte.

Pedra Branca do Amaparí recebeu atenção mais que especial durante a atividade econômica de exploração mineral de seu território, fato que ocorre de forma intensa na atualidade na região central do Amapá, com a extração de minérios de cromo, ferro e tântalo, principalmente, mas sem deixar de indicar a importância da extração do ouro.

A atenção recebida pelo município foi dispensada pelos Grandes Projetos³ de mineração, não pelas instituições governamentais regulatórias ou executivas. Daí a importância de se entender a dinâmica da mineração e da formulação de políticas públicas para o ordenamento urbano territorial, numa cidade que cresce sem regulação e indica os piores caminhos a serem traçados para o desenvolvimento sustentável de sua comunidade e economia.

Grandes empresas, sem vínculo histórico, local, desenvolvimentista, ou com a sociedade direta ou indiretamente impactada pela atividade de mineração, extraem os recursos naturais que não podem ser repostos, pelo menos numa escala temporal humana. Tais recursos minerais, quando explorados e exportados num nível de agregação de valor bem baixo, sem deixar que o

³ Grandes Projetos de mineração como ICOMI, MMX, MPBA, Mineradora Vila Nova, entre outros projetos de mineração para a região do município de Pedra Branca do Amaparí, nos mais diversos graus de influência, uma miniaturização dos projetos expostos por Porto (2007, p. 75).

capital circule na localidade da exploração, deixam para trás um conflito de realidades (a do explorador e a do morador).

Por um lado, a busca pelos resultados com maiores saldos positivos possíveis, trazendo lucros vertiginosos para os acionistas que nem sequer conhecem a origem de tal lucro, muito menos as regiões e localidades que oferecem as condições perfeitas para a exploração mineral. Por outro, trabalhadores das grandes empresas exploradoras, moradores de pequenas cidades com grandes problemas, vêem volumosos carregamentos escoarem a produção de seus esforços em troca de salários ínfimos que subsidiam a prostituição e os vícios.

Esse comportamento do sistema econômico pode ser enquadrado como *modo de produção capitalista*, segundo Hugon (1984, p. 227), evidenciado quando apresenta a **tese da exploração** de Karl Marx sob duas análises: a primeira, de ordem econômica, atribuindo ao *trabalho* a constituição do valor dos produtos; a segunda, de ordem social, afirmando que o valor do produzido deve pertencer a quem fornece o trabalho, ou seja, ao operário. Sabe-se que o valor é repartido entre operário, empregador e capitalista, ou seja, o operário não recebe o produto integral do seu trabalho. Daí o termo *exploração*.

Outro fato que se pode prever, como resultado duma atividade econômica de extração mineral é a transformação, é o indiscutível impacto ambiental. Tal preocupação é uma inquietação global bem atual, datando do pós II Guerra Mundial, na segunda metade do século passado, que leva em consideração a variável *meio ambiente*, para que se desenhe um desenvolvimento econômico, no mais amplo significado da palavra desenvolvimento, de forma sustentável e racional, entendendo que o meio ambiente não representa uma fonte inesgotável de recursos para a produção, como pensavam os clássicos.

Segundo Sachs (2007, p. 260), “a renovação do pensamento sobre o desenvolvimento” é “o mais importante desafio intelectual dos anos vindouros”, uma vez que propõe uma forma de se analisar o desenvolvimento de uma forma integrada, a ser visto como processo social, tendo o homem e a humanidade como foco, defendia o autor no texto original elaborado em 1995, a pedido da UNESCO.

É sob esse cenário teórico que o artigo é construído, com o objetivo de estudar a territorialidade e a dinâmica dos interesses para a construção de uma realidade econômica, a da exploração mineral, especificamente, com reflexos na (des) organização social e no meio ambiente. O estudo será elaborado através de revisão bibliográfica e de estudos observacionais retrospectivos, sob uma abordagem qualitativa das informações, buscando a resposta para a problemática da ocorrência do pretenso caos em Pedra Branca do Amaparí, com a hipótese da existência de uma racionalidade para a construção dum cenário bagunçado, o caos aparente, servindo uma casta social que se serve do aparelho estatal. Com a confirmação da hipótese, a importância do artigo pode ganhar uma conotação pragmática, que busque o contorno de variáveis que colaborem para tal confirmação. Por outro lado, a negação do proposto não perde valor, uma vez que organiza pensamentos científicos atuais e representa um apanhado sobre o

município objeto de pesquisa, inserindo-o na produção científica, significando mais que uma obra meramente descritiva.

A “(DES) ORGANIZAÇÃO” DE UM MUNICÍPIO NA AMAZÔNIA: PEDRA BRANCA DO AMAPARÍ

O levantamento de fatos históricos relevantes do município de Pedra Branca do Amaparí revela o jogo de poder durante a formatação do cenário local até a construção da teia atual, que encadeia as relações entre os principais atores da gestão urbana e da elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento local, sendo de forma racional (sustentável) ou não, ou seja, com a proposição de políticas paliativas de pouca organização gerencial, de caráter meramente reativo.

O principal atrativo de um efetivo para a região do rio Amaparí, que empresta o nome e suas margens para a sede do município, é a existência de jazidas de ouro. Documenta-se que em meados dos anos 30 do século passado é que aparecem os primeiros garimpeiros, vindos das guianas inglesa e francesa, buscando somente a extração do mineral, não fixando moradia permanente na região (PMDRS)⁴.

Somente na década de 1950 aparecem os primeiros migrantes, fixando moradia na área que daria origem ao município, justamente no período da instalação da ICOMI (Indústria e Comércio de Minério) na Serra do Navio, que também se transformaria em município, distante, via ferrovia, apenas 15 km da então vila de Pedra Branca, próxima à ponte ferroviária sobre o rio Amaparí. Com a fixação de capital na área do rio Amaparí através da ICOMI, a fluidez dos recursos aumentou (SANTOS, 1996), trazendo expansão populacional e da atividade econômica periférica ao empreendimento central.

O PMDRS divide a história de Pedra Branca em quatro ciclos, elencando alguns personagens como principais. Entre eles: a grande **atividade agrícola** na área, as culturas de arroz e mandioca, no período anterior à abertura da rodovia Perimetral Norte; a instalação da empreiteira **Mendes Júnior** a 5 km da vila de Pedra Branca, para a abertura da rodovia, iniciando o caráter de *currutela* na vila, trazendo o serviço sexual das prostitutas aos operários em busca de lazer, ocorrendo um êxodo rural que recruta os moços locais para a obra da empreiteira; a saída da Mendes Junior deixa a população local a “ver navios”, que tem no **garimpo** a maneira mais óbvia de manter o padrão (des) organizacional da sociedade, tal atividade sucumbe ante a desvalorização do ouro em 1989; inicia-s, entao, o **declínio do garimpo**, com a retomada da atividade agrícola, também impulsionada pelos financiamentos federais que haviam iniciado uma década antes.

⁴ Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS, produzido pelo Projeto Perimetral Norte, com o apoio do Governo do Estado do Amapá.

É nesse contexto caótico, de falta de aparelhos regulatórios e de políticas públicas para a recuperação da dignidade e planejamento de um desenvolvimento (característica de toda a nação enfraquecida pela crise econômica da inflação), que nasce o Município de Pedra Branca do Amapará, em 1º de maio de 1992 (PMDRS).

Conhecida a história da formação de Pedra Branca pode-se concluir que a organização social sempre atendeu aos interesses econômicos exógenos, traçados de forma horizontal (SANTOS, 1996), sem o compromisso com as questões locais, uma vez que essa surgia para dar o devido suporte ao proposto pelos empreendimentos econômicos.

Até os dias atuais revelam que, apesar da existência de um aparelho estatal moderno, os interesses hegemônicos e globais suprimem as comunidades locais de Pedra Branca. É evidente que parte, ou todo, do aparelho estatal não funciona (ou ainda não funcionou) de forma devida, uma vez que é instituído para garantir os acessos aos bens públicos, dos mais elementares até os mais complexos, para gerenciar, fiscalizar e proteger a coisa pública.

Outra abordagem necessária é o levantamento das principais **características geográficas** do município, mostrando as “potencialidades” produtivas locais e as fraquezas, ou desvantagens, numa comparação com outras regiões, desenhando sua relação com o restante da cadeia produtiva do estado, portanto, elucidando os interesses já mencionados, mas não entendidos.

O município se localiza na unidade *Planaltos Residuais do Amapá*, caracterizada pelos maciços residuais que formam um conjunto topograficamente elevado, constituídos por rochas pré-cambrianas, com a predominância de metassedimentos dobrados e falhados, bem como vulcânicas ácidas (PMDRS, p. 27). Com uma área de 9.495 km², o município tem um ordenamento territorial truncado, tanto pelas unidades de conservação (estadual e federal) como as áreas indígenas (mais de 600 mil ha), comportando, ainda, áreas de assentamento rurais federais (quase 30 mil ha).

Com uma população de 4009 habitantes, segundo a contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do ano 2000, o município de Pedra Branca é mais rural que urbano, locando 56% dos residentes na área rural. Sonia Rocha⁵ mostra que o crescimento demográfico do município é maior que a média nacional e estadual, e que a população tende a se concentrar na sede, uma vez que a população urbana cresce anualmente à taxa de 11,57%, ante os tímidos 5,32% da população rural.

Tal concentração urbana pode ser explicada pela atual atividade de extração mineral, que novamente aquece as relações no município. Agora a cromita e o ouro são a “bola da vez”, atraindo migrantes de diversos estados em busca do progresso pessoal. A pretensa colaboração prestada pelas empresas responsáveis pela extração não são sistemáticas, consoantes com as

⁵ No relatório encomendado pelo Banco Mundial, Sônia Rocha monta uma nova metodologia para a divisão rural-urbano (diferente da utilizada pelo IBGE) publicado em 2002, sob o título *Pobreza, Desenvolvimento e Política Social: O caso do Estado do Amapá*.

necessidades planejadas, mas significam um caráter reativo às suas próprias intervenções no cenário socioeconômico e ambiental, que acabam nem cobrindo o custo de sua operação.

Mas a implantação das exploradoras de minério deve seguir um rito legal, muitas vezes invisível aos olhos da população, que nem percebe a fase dos acertos e acordos institucionais ou particulares, mas sofrem as mais pesadas influências depois que elas se instalam e passam a operar às plenas condições. O que reforça a hipótese da existência de um caos planejado, controlado ou apropriado, beneficiando a quem o percebe, maltratando aos demais todos, de forma encadeada e sistemática, o que é mais grave.

Há ainda a ocorrência da prática do *fazejamento* que, segundo Tostes (2207), substitui o caráter de ação pública para um caráter particular, uma vez que os aparelhos institucionais (estatais ou não) perdem a capacidade de planejamento diante das questões diárias a serem respondidas. Originalmente, Tostes utiliza o termo para indicar os “favores” políticos dos governantes e representantes legais do interesse do povo sobre a coisa pública. Mas a transferência do *fazejamento* para entender a lógica política das mineradoras pode ser contemplada, uma vez que a prática é comum, significando um apelo à boa imagem institucional da empresa para sociedade mais próxima a ela, fazendo os mesmos favores, indicados pelo professor da UNIFAP para as figuras públicas dos governantes.

A INFLUÊNCIA DOS PROJETOS DE MINERAÇÃO

Para Drummond (2007), o projeto de mineração de seu estudo, a ICOMI, trouxe grande dinamismo à economia amapaense nos comparativos regionais e nacionais, mostrando crescimento na participação do Estado na composição do PIB nacional e grande iminência no Norte. Diversas foram as variáveis econômicas que sofreram grande impacto positivo durante a operação da mina em Serra do Navio, município vizinho de Pedra Branca do Amapará, e durante toda a exportação do minério semi-industrializado no Amapá.

A vila de Pedra Branca serviu por muito de cidade dormitório para os operários da ICOMI que não eram comportados na *company town* construída no meio da floresta amazônica. Esses eram os empregados diretos da mineradora, fora os demais, que atuavam em atividades econômicas secundárias ao projeto, prestando serviços comerciais e de lazer sexual, que acabavam por fixar moradia na vila, mesmo que de forma temporária, mas contribuíram para o crescimento sistêmico da migração para a encruzilhada do rio com a ferrovia.

No período desenvolvimentista nacional (décadas de 1960 a 1970), o principal papel exportador da Amazônia foi de fornecer recursos minerais às indústrias dos centros econômicos mundiais (EUA, Japão, Alemanha), com projetos de grande porte e com elevado investimento estrangeiro atuando na região [...] o objetivo dos Grande Projetos amazônicos para o Governo, não era o desenvolvimento regional, mas a captação de recursos. (PORTO, 2007, p. 75).

Porto (2007, p. 78) ainda defende que a construção da Usina Hidrelétrica objetivava o fornecimento de energia elétrica para a ICOMI, a única mineradora a ser atendida pelo novo sistema. Sob a ótica apresentada, conclui-se que os investimentos observados no Amapá não refletiam o interesse da federação em desenvolver a região, fosse pela atividade industrial ou agrícola, mas construíam os meios necessários para que fossem acelerados os tempos regionais para o aumento da fluidez dos recursos necessários para o abastecimento dos centros industriais levantados pelo autor citado.

Capta-se, então, a idéia de ter na mineração, sob a mais otimista análise, um *chamariz* de capital de investimentos, principalmente nas áreas de infra-estruturas necessárias à movimentação dos recursos. Mas a análise dialética traz um caminho diferente para o raciocínio: a possibilidade da existência de um movimento *construtivo-destrutivo*, que se enxerga na relação entre a mineração e a fixação do capital (tempos rápidos e fluidez dos recursos). Primeiro se constrói um cenário com a aplicação dos investimentos em infra-estrutura, por exemplo, garantindo a fluidez dos recursos e operacionalizando a economia de forma ótima (segundo um paradigma clássico da economia). Depois, com os acessos facilitados, tal cenário mais conectado do que nunca com a rede, recebe as mais diversas aberrações socioeconômicas, no caso, como superpopulação urbana, miséria, diminuição da produção agrícola, pobreza e conseqüente desemprego dos fatores produtivos e tendência à recessão econômica.

Ainda, considerando os acessos controlados, com o funcionamento próximo do ideal, lembremos que todo projeto tem sua vida útil, nascendo, maturando e se extinguindo num tempo qualquer (planejado ou não). Quando o projeto se desamarra do local de implantação, por exaustão da produção, deixa uma realidade transformada pela sua atuação. Vagas de emprego deixam de existir. O ordenamento urbano, transformado pela presença do empreendimento, que atrai migração e influencia na localização de pares econômicos para o bom funcionamento do projeto, seja educação, comércio, saúde, ou lazer (mesmo o sexual), tudo muda de comportamento, já que a motivação central para o estabelecimento desses aparelhos fora a existência do projeto e a infra-estrutura favorável, por e para ele implantada.

Daí o surgimento de um conceito muito discutido: *ciudades fantasmas*. Entende-se, de forma prioritária a *compay-town* que tem a sua função esgotada, juntamente com a mina. A que e quem servem as instalações ora utilizadas com tanto rigor e controle por parte da gerência do empreendimento, mas agora ofertada como “gorjeta” ao aparelho estatal. Não se chama de *cidade fantasma* por não haver nenhum tipo de atividade (habitacional, social ou econômica), mas pela evidente falta de nexos, a não ser pelos nativos do local, que passam ter o sentimento de pertencimento natalino, mas com a proposta esgotada.

Uma questão se faz necessária: quais os reais benefícios duradouros trazidos pela exploração mineral para o Amapá? A resposta para tal questão permeia no imaginário coletivo daqueles que viveram a era de ouro da mineração em terras Tucujus e, talvez, de sua descendência direta.

É justamente nessa conjuntura caótica que se identifica a usurpação da ignorância coletiva para a perversa utilização do poder para no poder permanecer. A quem serve tal caos? A estes que preferem a troca de favores e votos para governar, não a coisa pública, mas os interesses particulares, e o faz com maestria e destreza, controlando o conjunto de combinações possíveis para que a permanência do caos dure o tempo que lhe for necessário, ou o tempo em que a comunidade local enxergue o cinismo que conduz as práticas institucionais e individuais viciadas.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO

A preocupação com o meio ambiente é latente a partir da segunda metade do século passado, em resposta aos problemas de paradigmas que não correspondiam com o entendimento do funcionamento de uma economia global, com um modelo de produção que não apresentava propostas para a sua sustentabilidade.

Desenvolvimento sustentável não é apenas um modismo intelectual que surge no final do milênio, em consequência dos graves problemas ambientais que a humanidade está enfrentando. A teoria de sistemas mostra que a sustentabilidade é a força motriz fundamental do desenvolvimento de todo o sistema aberto, auto-organizado e capaz de evoluir. (FENZL)⁶.

Fenzl se relaciona ao final do século passado, quando surgiam diversos tratados sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Dentre os quais Sachs (2007) se destaca, tanto pelo pioneirismo (desde 1972, em Estocolmo) quanto pela fertilidade científica, produzindo bastantes ensaios e textos complexos sobre o tema e afins.

Sachs (2007) entende o desenvolvimento sustentável como um conceito multidimensional, incluído cinco dimensões básicas de sustentabilidade: a **econômica**, onde preceitos com eficácia econômica e produtividade se mantêm, mas a variável ambiental é levada em consideração, bem como suas restrições; a **ecológica**, sob um novo paradigma que transforma a compreensão da relação homem-natureza, que dá o ponta-pé inicial para a atual discussão; a **espacial**, espacialização da sociedade e do processo econômico, ou seja, o ordenamento territorial, disciplinando os usos do espaço; a **social**, englobando o entendimento de questões reativas às necessidades básicas do conjunto da população em termos materiais, de serviços sociais, de desejos e demandas espirituais e de novos padrões de sociabilidade e conveniência; e, por fim, a **político-cultural**, observando variáveis como a valorização da diversidade e da criatividade culturais, o acesso universal aos bens da cultura, entre outras características.

A crescente preocupação com a problemática ambiental é tamanha, e bem fértil que se Leonardo Boff (2000, p. 25), considerando um discurso hegemônico vencido, bem com a tal

⁶ Doutor em Hidrogeologia e Geoquímica ambiental. Professor do NAEA e do Centro de Geociências da UFPa.

realidade sistêmica e orgânica, de forma quase poética, mas sem perder o valor científico, escreve:

Na atitude estar *sobre* as coisas e *sobre* tudo, parece residir o mecanismo fundamental de nossa atual crise civilizacional. Qual a suprema ironia atual? A vontade de tudo dominar nos está fazendo dominados e assujeitados aos imperativos de uma Terra degradada. A utopia de melhorar a condição humana piorou a qualidade de vida. O sonho de crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de 2/3 da humanidade, a volúpia de utilização optimal dos recursos da Terra levou à exaustão dos sistemas vitais e à desintegração do equilíbrio ambiental. Tanto no socialismo quanto no capitalismo se correu a base da riqueza que é sempre a terra com seus recursos e o trabalho humano. (BOFF, 2000, p. 25).

Com essa devida precaução que devemos considera a realidade local na Amazônia, sob uma ótica racional. Não que devamos arcar com os custos sociais da expansão capitalista do século XVII dos países hoje chamados *desenvolvidos*, mas a indicação atual do que era desconhecido naquela época de revolução industrial: a Terra apresenta uma capacidade de suporte limitada, tanto quanto é limitada fonte de recursos. Sob essa égide que devemos elaborar teorias, de forma planejada, pró-ativa, não de forma reativa como os economista clássicos, como se o mercado e cenário econômico fosse uma mesa de pôquer, dissociado dos demais cenários sócias, em que podemos “pagar para ver” se essa ou aquela corrente está “blefando”.

O PMDRS sugere para o desenvolvimento sustentável de Para Pedra Branca do Amapará a atividade econômica do agro-extrativismo, sob a modalidade familiar. Apresentando diversos estudos de campo e suas respectivas viabilidades econômicas. O estudo propõe o agro-extrativismo do *Cipó Titica*, do *arroz em casca*, da *madeira aproveitada nas roças*, da *farinha de mandioca*, do *açaí em frutos* e da *polpa congelada de cupuaçu*. Depois das devidas análises de viabilidade econômica, o Projeto só aferiu uma inviabilidade, a da polpa congelada de cupuaçu, devido ao preço impraticável naquele mercado, com os costumes dos consumidores não comportando o produto no preço mínimo para a sua viabilização.

Considera-se possível e concebível uma sustentabilidade da atividade mineral, não nos enquadramentos gerais de Sachs (2007), mas sob uma abordagem social, de planejamento inclusivo, antevendo os impactos do empreendimento. Alguns estudos atuais desenham a possibilidade de considerar a atividade de mineração uma atividade sustentável, através da aplicação de medidas reparadoras e cautelares em relação ao impacto ambiental e social. Nas minas locais são se percebe tamanho grau de planejamento, levando para o seio da comunidade a discussão de suas próprias ansiedades, mas o que se observa é a facilitação das permissões e dos procedimentos de licenciamento ambiental para empresas de mineração em Pedra Branca.

Tal política facilitadora, atrelada à prática do fazejamento (Tostes, 2007), se multiplica por todo o Amapá, nas mais diferentes esferas de governo. Seria muito inocente se considerássemos esse um movimento local, com implicações meramente pontuais. O posicionamento indica uma crise sistêmica que distancia a ciência pura da pragmática, cansando os ouvidos mais pacientes de um discurso retórico, bem elaborado, mas que não pode ser

aplicado. Parece que os cientistas estão brincando de propor modelos explicativos para uma realidade social que busca nos fenômenos a essência do continuísmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os expostos, sobre a influência da mineração na formação histórica da cidade de Pedra Branca, bem como do Município de Pedra Branca do Amapará, chega-se à confirmação da hipótese de que realmente existe uma organização racional para a manutenção do estado caótico do cenário atual de Pedra Branca do Amapará.

O caos serve aos que dele se alimentam para a continuidade das relações viciadas de poder. Caso não houvesse uma proposta diferente, com embasamento teórico-científico adequado, servindo como paradigma, inclusive, aí seria compreensível e saudável o comportamento teimoso dos gestores públicos em continuarem com a aplicação de políticas públicas reativas, com pouquíssimo recurso às obras científicas de tal movimento, característico do momento de *revolução científica*, que, segundo Kuhn (2005), apresenta grande produção científica.

É justamente inserido nesse cenário que se vislumbra o alcance do objetivo do estudo que, mesmo de forma superficial, aponta que a causa da desorganização social e ambiental em Pedra Branca do Amapará repousa sobre a dinâmica construída para a efetivação da mineração no município, constatando mais, que outros empreendimentos econômicos também colaboram para a formação da trama caótica dos encadeamentos fáticos, mesmo que tais empreendimentos sirvam o projeto mineral, ou dele se sirvam, trazendo implicações indiretas diversas.

Um estudo mais acurado, com análise de outras variáveis intervenientes (dependentes ou não), faz-se necessário para que a afirmação da hipótese ganhe consistência científica. Mas a contribuição do artigo atual é evidente, uma vez que se espera iniciar o fomento da produção do conhecimento científico, seja de caráter puro (teórico) ou aplicado (pragmático), para que uma discussão salutar seja levantada, colaborando para o entendimento do processo de formação e ocorrência dos fenômenos sócio-econômicos e ambientais, se aproximando cada vez mais de uma *Ecossocioeconomia*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Yangraf, 2000.

DRUMMOND, Jose Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo P. O Amapá nos Tempos do Manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um Estado Amazônico - 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FENZL, Norbert. Estudo de Parâmetros Capazes de Dimensionar a Sustentabilidade de um Processo de Desenvolvimento. In: **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: Editora Supercores.

HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas. 14 ed. São Paulo: Atlas, 1984.

KAPP, Karl William. The Social Costs of Business Enterprise. Nottingham: Spokesman Books, 1978.

KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. O Caminho Desde a Estrutura: ensaios filosóficos. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A Cultura nas (das) Pequenas Cidades da Amazônia Brasileira. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (8° : 2004 : Coimbra). **Anais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000). 2ª. ed. Macapá: Edição do Autor, 2007.

PROJETO PERIMETRAL NORTE. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável: Município de Pedra Branca do Amaparí. Macapá: Alves Gráfica e Editora. 154 p.

ROCHA, Sônia. Pobreza, Desenvolvimento e Política Social: O caso do Estado do Amapá. Relatório preparado para o Banco Mundial, 2002.

SACHS, Ignacy. A Gestão da Qualidade do Meio Ambiente e o Planejamento do Desenvolvimento: algumas sugestões para a ação. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org.), _____. Rumo à Ecosocioeconomia: Teoria e Prática do Desenvolvimento. p. 33-53. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Em busca de Novas Estratégias de Desenvolvimento. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org.), _____. **Rumo à Ecosocioeconomia: Teoria e Prática do Desenvolvimento**. p. 247-284. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TOSTES, José Alberto. Políticas Urbanas Intervencionistas nas Cidades Amazônicas: no Amapá, a encruzilhada entre a necessidade e a obrigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (12° : 2007 : Belém). **Anais**. Belém, 2007.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Fundamentos de Economia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VIEIRA, Paulo Freire (Org.), SACHS, Ignacy. Rumo à Ecosocioeconomia: Teoria e Prática do Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.